PL 552-2006

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei que objetiva instituir o Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT no Município de São Paulo e alterar a legislação tributária municipal que especifica, bem como dispositivos das Leis nº 8.645, de 21 de novembro de 1977, nº 14.094, de 6 de dezembro de 2005, nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005, nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, e nº 14.133, de 24 de janeiro de 2006, tudo com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização da Administração Tributária, na conformidade das justificativas a seguir apresentadas.

Preliminarmente, cabe ressaltar que o parcelamento administrativo de débitos tributários não é novidade no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças. O que se busca é a uniformização das regras de parcelamento aplicáveis aos tributos mobiliários e imobiliários, a dilatação de seu prazo para até 60 meses, propiciando aos contribuintes adequarem as parcelas ao seu fluxo de caixa, bem como a possibilidade de adoção da medida após o encerramento da instância administrativa e antes da inscrição do débito em dívida ativa.

O número de parcelas será escalonado em função do valor do débito tributário - quanto maior o débito, maior poderá ser o prazo para o seu pagamento. Por outro lado, a fim de preservar o interesse da Administração Pública, caberá ao Secretário Municipal de Finanças fixar o valor de débito tributário acima do qual se exigirá garantia bancária ou hipotecária.

Importante mencionar que o ingresso no PAT impõe ao interessado a autorização de débito automático das parcelas em conta-corrente, mantida em instituição bancária cadastrada pelo Município, salvo em casos específicos devidamente justificados.

Ressalte-se que, ao débito tributário incluído no programa, serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em substituição ao índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, até o momento adotado nos parcelamentos sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças.

No que diz respeito ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, destacam-se as seguintes alterações na legislação atualmente vigente: I) possibilidade de desmembramento de dívida relativa a lote fiscal, em condomínio ou gleba, tomando cada proprietário responsável apenas por sua fração; II) a retirada da condição de atendimento à taxa de permeabilidade do solo para a concessão da isenção relativa às áreas de manancial; III) a concessão de isenção do imposto predial aos imóveis integrantes de agremiações desportivas, condicionando-a à aplicação do valor relativo ao tributo em projetos de educação, saúde, esporte, lazer e cultura; IV) a obrigatoriedade da apresentação anual de valores de metro quadrado de construção e terreno para fins de lançamento fiscal e a alteração da delimitação do zoneamento fiscal do Município.

Quanto ao Imposto Sobre Transmissão "InterVivos" de Bens Imóveis - ITBI-IV, com o propósito de tomar sua disciplina mais eficiente e socialmente justa, o projeto de lei apresenta inovações na gestão desse Imposto, ressaltando-se: I) redefinição do conceito da base de cálculo, visando individualizá-la e extinguindo o valor lançado no IPTU como seu piso; II) instituição do sistema de informação da base de cálculo do tributo aos contribuintes; III) uniformização das multas moratórias com relação aos outros tributos municipais; IV) instituição da atualização monetária para as multas relativas às obrigações acessórias e a adequação dos

descontos concedidos quando da autuação, para sua compatibilização com os descontos instituídos pelo PAT.

Relativamente ao ISS, devem ser apontadas as seguintes alterações: I) a concessão de crédito para abatimento do IPTU, para os condomínios edilícios, residenciais ou comerciais, que contratarem prestadores de serviços emitentes de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-e; II) a instituição da obrigatoriedade do recolhimento do ISS às empresas aéreas que tomarem os serviços de utilização de aeroporto, movimentação de passageiros e de aeronaves; III) a adequação das multas por descumprimento de obrigações acessórias, tendo em vista a implantação da declaração das instituições financeiras e assemelhadas, da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-e e da responsabilidade das administradoras de cartões de débito e crédito pelo fornecimento de informações relativas à sua utilização.

Ainda no que concerne ao ISS, intenta-se, também, corrigir os valores fixos do Imposto devido pelas sociedades de profissionais, inadequados que estão em face da receita por elas auferida em nosso Município, bem como quando comparados com os valores cobrados por outras Capitais.

No entanto, o regime especial de recolhimento passa a ser um direito desses prestadores de serviço, que poderão, alternativamente, calcular o Imposto com base em seu movimento econômico. Tal medida visa corrigir distorções, uma vez que permite às pequenas sociedades, bem como àquelas que estão iniciando suas atividades, ajustarem sua capacidade contributiva à receita efetiva.

Destaque-se, a respeito, que, por força do artigo 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o ISS tem a alíquota mínima de 2% (dois por cento) e não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução dessa alíquota. Dessa forma, não resta alternativa à Administração Tributária senão propor a revogação de todas as isenções do ISS alcançadas pelo preceito constitucional, por estarem incompatíveis com o novo ordenamento jurídico. Em contrapartida, propõe-se estabelecer, para a maioria dos serviços cuja isenção do ISS foi revogada, a alíquota de 2% (dois por cento), além de conceder-se isenção da Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos - TFE aos profissionais autônomos que desenvolvam atividade que não exija formação específica, a fim de minimizar o impacto do novo regramento.

Nesse sentido, reduz-se, de 5% (cinco por cento) para 2% (dois por cento), a alíquota referente aos serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados, para melhor adequar a legislação à realidade do setor, posto que os serviços de elaboração de programas de computação, tributados a 2% (dois por cento), via de regra, completam-se quando acompanhados, contratualmente, de adequado suporte técnico.

A Administração Tributária poderá exigir das respectivas administradoras o fornecimento de informações sobre as operações efetuadas com cartões de crédito ou débito pelas empresas prestadoras de serviços, com o escopo de aumentar a efetividade nas operações de fiscalização do ISS e, por conseqüência, incrementar a arrecadação do Município.

No tocante à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, insere-se no texto legal a possibilidade de lançamento e cobrança da contribuição no caso específico de pré-venda de energia elétrica, denominada de sistema "cashpower". Hoje, a cobrança dessa contribuição é feita exclusivamente por meio das contas de energia elétrica, pelo método "tradicional", em razão do que o Município deixa de arrecadar o valor devido pelos contribuintes que aderiram ao mencionado sistema de pré-venda, hipótese em que não existe a emissão de contas, pois o pagamento é feito, antecipadamente ao consumo, por meio de cartão.

As alterações propostas no Processo Administrativo Fiscal visam: I) uniformizar o prazo de 90 (dias) para impugnação de todas as notificações de lançamento objetivando padronizar os procedimentos referentes aos créditos tributários de quaisquer tributos constituídos por tal instrumento; II) esclarecer que a contestação de um crédito tributário suspende a exigibilidade do conteúdo de todo o auto de infração ou notificação de lançamento para evitar eventual alegação de prescrição parcial de débitos não expressamente contestados; III) dispor que o depósito administrativo é de 30% (trinta por cento) do saldo devedor de exigência fiscal e não de todo o crédito lançado, evitando, assim, que o contribuinte que tenha efetuado pagamento parcial seja prejudicado; IV) informar que a atualização do depósito administrativo será feita pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; V) estabelecer que a intimação de decisão contrária à Fazenda Municipal deve ser feita ao Chefe da Representação Fiscal, para dar mais garantias à defesa dos interesses da Fazenda Municipal; VI) aumentar o prazo para a apresentação de contra-razões em recurso de revisão para 30 (trinta) dias, considerando a exigüidade do atual prazo de 10 (dez) dias; VII) excluir a possibilidade de utilizar-se como paradigma decisão que tenha sido reformada pelas Câmaras Reunidas, com o objetivo de afastar atos meramente procrastinatórios, já objeto de manifestação em Câmaras Reunidas; VIII) dispor que a publicação de extrato de decisão da Câmara Julgadora somente deve ocorrer após 30 (trinta) dias da data da sessão de julgamento e desde que não tenha sido interposto pedido de reforma da decisão; IX) esclarecer que o prazo para interpor recurso de revisão não flui até a decisão de eventual pedido de reforma.

Como o Conselho Municipal de Tributos é constituído por 4 (quatro) Câmaras Julgadoras Efetivas, compostas por 24 (vinte e quatro) Conselheiros Julgadores, e pela Representação Fiscal, composta por apenas 4 (quatro) Representantes Fiscais, impõe-se aumentar os quadros da Representação Fiscal, com a criação de 4 (quatro) novos cargos de Representante Fiscal, visando maior celeridade na elaboração de contra-razões e no processamento dos recursos interpostos.

Adicionalmente, o presente projeto de lei prevê o ajuste de alguns pontos tratados nas Leis nº 8.645, de 21 de novembro de 1977, e nº 14.133, de 24 de janeiro de 2006, que dispõem sobre a carreira dos Auditores-Fiscais Tributários Municipais.

Por fim, registre-se que o impacto das medidas em questão, na arrecadação tributária municipal para o ano de 2007, está estimado em cerca de R\$ 162,2 milhões, estando consignado na proposta orçamentária para o próximo exercício.

Ante o exposto, restando justificadas as razões de minha iniciativa e demonstrado o relevante interesse público que ampara a medida, submeto-a à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, que certamente lhe dará o indispensável aval, colaborando decisivamente para a melhoria da Administração Tributária do Município de São Paulo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores meus protestos de apreço e consideração.

GILBERTO KASSAB
Prefeito

Anexos: projeto de lei, anexo único e demonstração do impacto orçamentário.

Ao
Excelentíssimo Senhor
ROBERTO TRIPOLI
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo